



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Sexualidade e Género

**ACADEMIA, ACTIVISMO E SEXUALIDADE: REFLEXÕES ACERCA DE UMA SOCIOLOGIA PÚBLICA
QUEER**

SANTOS, Ana Cristina

Doutoramento em Estudos de Género

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado, Universidade de Coimbra

cristina@ces.uc.pt

Resumo

Na era da ‘academia sem paredes’ (Ryan-Flood e Gill, 2010), importa exigir uma academia sem armários, na qual a/o cientista social utiliza os seus compromissos políticos como recursos para a construção de um conhecimento mais útil, relevante e transparente. Revisitando o legado teórico dos Estudos Lésbicos, Gays e Queer, neste artigo reflecte-se acerca das implicações éticas, epistemológicas e metodológicas de uma Sociologia Pública (Burawoy, 2004) comprometida com o princípio da não discriminação em função da orientação sexual e identidade de género. Na parte final do artigo propõe-se que consideremos uma Sociologia Pública Queer, uma nova perspectiva crítica que dialoga directamente com a noção de cidadania sexual. A Sociologia Pública Queer reconhece o seu carácter politicamente situado, ao mesmo tempo que contribui para a desconstrução de preconceitos e processos de exclusão e opressão.

Abstract

In a time of the ‘academy without walls’ (Ryan-Flood e Gill, 2010), it is crucial to demand for an academy without closets, in which the social scientist may use her/his politics as tools towards the construction of a more useful, relevant and accountable knowledge. Revisiting the theoretical legacy of Lesbian, Gay and Queer Studies, this article explores the ethical, epistemological and methodological implications of a Public Sociology (Burawoy, 2004) which is engaged with the principle of non discrimination based on sexual orientation and gender identity. In the last part of this paper I advance the notion of a ‘queer public sociology’, i.e. a new critical framework that is in direct dialogue with the notion of sexual citizenship. Queer Public Sociology acknowledges its political situated character at the same time that it contributes to the dismantling of sexual prejudice, exclusion and oppression.

Palavras-chave: sociologia pública; conhecimento situado; cidadania sexual; cientista-activista; queer
Keywords: public sociology; situated knowledge; sexual citizenship; scholar-activist; queer

[PAP1002]

Introduçãoⁱ

Apesar de amplamente contestado, o legado positivista na forma como fazemos sociologia hoje continua a produzir efeitos. Tal herança traduz-se no modo como funcionamos a partir de modos dominantes de recolher e analisar informação, por exemplo, uma certa preguiça intelectual e política que conduz a resultados por vezes fracos, por vezes inúteis. O conceito de sociologia pública, proposto inicialmente por Herbert J. Gans (2002), foi crucial na crítica a uma sociologia tradicional. Com base nesta noção, e claramente influenciada pelos contributos feministas e queer, proponho a necessidade de assumir o carácter sempre político de todas as formas de conhecimento, incluindo o conhecimento sociológico. Defendo que apenas uma sociologia assumidamente comprometida pode levar a resultados transparentes, relevantes e úteis, em particular na esfera dos estudos sobre sexualidade.

Este artigo está dividido em quatro. Começa por olhar brevemente para os antecedentes da Teoria Queer, de forma a clarificar o que se entende por este conceito. Dos Estudos Lésbicos, Gays e Queer passamos à sociologia pública, enfatizando o seu potencial analítico e político. Depois veremos os impactos epistemológicos e éticos dos/as ‘agentes-duplos’, ou seja, de se assumir um duplo estatuto enquanto cientista-activista na esfera dos estudos LGBT/queer. Sugere-se aqui que este duplo estatuto de cientista-activista constitui uma oportunidade para construir e disseminar conhecimento de base empírica, mantendo simultaneamente um sentido de responsabilidade social e empenho político. Na quarta e última parte propõe-se que consideremos uma Sociologia Pública Queer, uma nova perspectiva crítica que dialoga directamente com a noção de cidadania sexual. A Sociologia Pública Queer reconhece o seu carácter politicamente situado, ao mesmo tempo que contribui para a desconstrução de preconceitos e processos de exclusão e opressão.

1. Para uma história dos estudos queer

Tratando-se de um campo amplamente diverso, não é possível apontar um ponto de partida único para os estudos queer. Destaca-se ainda assim a elaboração dos trabalhos fundadores dos estudos gays e lésbicos, nomeadamente aqueles desenvolvidos por W. Simon e J. H. Gagnon, Mary McIntosh e Michel Foucault, que rejeitaram as noções essencialistas e o fervor de causalidade predominantes na época (Mendès-Leite, 2003: 148), sublinhando a importância do construtivismo enquanto *modus operandi* na investigação sobre sexualidades.

Não obstante tais marcos significativos, a tensão entre essencialismo biológico e construtivismo social não é linear, como comprova a proposta em torno do ‘gene gay’, apresentada pelo neurobiólogo Simon LeVay já em 1991. Por muito apaixonante que tal debate possa parecer quando se analisa a história dos estudos gays e lésbicos e dos estudos queer, porventura a única resposta que nos permite escapar à armadilha circular foi avançada por Gayle Rubin quando afirmou que “a sexualidade humana não é compreensível em termos puramente biológicos [no sentido em que] nunca encontramos um corpo que não seja mediado pelos significados que as culturas lhe atribuem” (Rubin, [1984] 1998: 106).

E é no seio de debates entre essencialismo biológico e construtivismo social que emergiram, nos anos 1970, os então designados estudos gays e lésbicos que se podem definir como

visando estabelecer a centralidade analítica do sexo e da sexualidade dentro de diversas áreas do conhecimento, expressar e promover os interesses de lésbicas, bissexuais e gays, bem como contribuir cultural e intelectualmente para o movimento gay e lésbico (Abelove et al, 1993: xvi).

Já nos anos 1990, surgiu a designada teoria queer, fortemente influenciada por J. Derrida, L. Althusser e J. Lacan e constituindo uma resposta ao alegado défice de construtivismo dos pioneiros estudos gays e lésbicos. Estávamos ainda a recuperar dos ataques simbólicos à diversidade sexual perpetrados pela direita religiosa na sequência da crise da sida, nos anos 1980, e importava dar conta de uma comunidade que era cada vez mais heterogénea.

A expressão ‘teoria *queer*’ é atribuída a Teresa de Lauretis, no seu artigo "Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities" publicado em 1991 na revista *differences*. Contudo, três anos depois a autora renunciou ao

conceito, por considerá-lo desprovido de significado, à mercê dos desígnios das editoras. Num artigo intitulado “Habit Changes”, publicado em 1994, Lauretis acusava a teoria queer de se ter transformado “numa criatura conceptualmente vazia da indústria editorial” (1994: 297).

No entanto, queer foi desde sempre um projecto político, mais que uma corrente científica. Resultante de uma crescente insatisfação face à literatura existente sobre “sexualidades dissidentes”ⁱⁱ, acusada de se centrar de forma circular e opressora em categorias identitárias rígidas, a teoria queer propunha-se a construir o espaço de desestabilização, subversão e emancipação para os fenómenos relacionados com sexualidade e género, não mais entendidos de forma linear e regular, mas antes instáveis, fluidos, tão reais quanto imaginados e performativos, e sempre politizados.

Um dos expoentes máximos da proximidade entre estudos de género e estudos gays, lésbicos e queer encontra-se nos trabalhos de Judith Butler (1990, 1998, 2004), ao propor que no género e na sexualidade não existe nada de autêntico ou natural, sendo as identidades constituídas, decompostas e reelaboradas através da repetição de performatividades socialmente construídas e temporalmente contingentes.

Queer é, de facto, “uma zona de potencialidades” (Edelman, 1994: 114) e um instrumento de denúncia dos regimes de poder que cristalizam modelos heteronormativos de sexualidade (Butler, 1990, 1998; Sedgwick, 1991). Noreen Giffney formula-o da seguinte forma: “A tarefa da teoria queer consiste em tornar visível, criticar e distinguir o normal (estatisticamente determinado) do normativo (moralmente determinado)” (Giffney, 2004: 75). Não é por acaso que é difícil encontrar uma definição consensual de queer. No entanto, num exercício de síntese, pode dizer-se que a teoria queer parte de cinco ideias centrais.

1. As identidades são sempre múltiplas, compostas por um número infinito de “componentes de identidade” — classe, orientação sexual, género, idade, nacionalidade, etnia, etc. — que se podem articular de inúmeras formas.
2. Qualquer identidade é arbitrária, instável e excludente, uma vez que implica o silenciamento de outras experiências de vida.
3. Ao invés de defender o abandono total da identidade enquanto categoria política, a teoria queer propõe que reconhecamos o seu significado permanentemente aberto, fluido e passível de contestação, abordagem que visa encorajar a construção de uma cultura onde a diversidade é acolhida. Portanto, o papel individual — como forma de capacitação — e colectivo — em termos políticos, jurídicos e de reconhecimento social — que a identidade pode desempenhar não é rejeitado.
4. A teoria queer postula que a teoria ou política de homossexualidade centrada no “homossexual” reforça a dicotomia hetero/homo, fortalecendo o actual regime sexual que estrutura e condiciona as relações sociais. Neste sentido, a teoria queer visa desafiar tal regime sexual.
5. Por fim, a teoria queer apresenta-se enquanto proposta de teorização geral sobre a “sexualização de corpos, desejos, acções, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (Seidman, 1996: 13), cruzando muitos campos de saber.

O campo dos estudos queer é dinâmico e mudanças recentes incluem um número crescente de pessoas que reivindicam um lugar que seja seu dentro do universo queer. Pessoas transgénero, bissexuais, assexuais, poliamorosas e outros grupos minoritários dentro da minoria sentiram-se frequentemente ignorados pelos estudos e activismo gay e lésbico. Bristow e Wilson sugerem que queer se pudesse:

Converter no termo, na moldura, no espaço conceptual e prático em que estas representações erradas, omissões e exclusões fossem ultrapassadas, permitindo-nos activar a teoria e teorizar o activismo como nunca foi feito anteriormente. (1993: 11).

Mais recentemente surgiu uma proposta que visa expandir o conceito de modo a incluir os chamados *straight queers* ou heteroqueers (O’Rourke, 2005; Santos, 2005), ou seja, pessoas empenhadas no combate ao heterossexismo e à heteronormatividade, não obstante a sua orientação sexual dominante ser heterossexual. O conceito ‘heteroqueer’ remete para a recente ênfase da teoria queer e do activismo LGBT enquanto oposição à heteronormatividade, mais do que à heterossexualidade. Converter a heterossexualidade em

objecto de escrutínio e questionamento, para além de a des-naturalizar, é um desafio não só interessante como capacitante do ponto de vista do potencial hermenêutico da própria teoria queer.

Portanto, o campo é amplo, complexo e em processos permanentes de construção e negociação.

2. A Sociologia Pública e as ligações à sociedadeⁱⁱⁱ

A relação entre sociologia e movimentos sociais não é recente. Basta pensarmos, por exemplo, em Alain Touraine. A sociologia da acção de Touraine sugere que o/a investigador/a deveria tornar-se numa espécie de híbrido gramsciano entre o intelectual tradicional e o intelectual orgânico (Gramsci, 1977): alguém que, sem abandonar a sua torre de marfim, ambicione constituir-se como o elo de ligação comunicacional e hermenêutica entre actores e seus oponentes, promovendo assim o que Touraine designa por uma ‘sociologia permanente’ (1981: 148) interessada em trazer luz aos problemas resultantes da acção colectiva. Resulta desconfortável um certo paternalismo académico exercido sobre os movimentos sociais, como o/a cientista pudesse desempenhar o papel principal nos múltiplos mundos da vida. Tal posicionamento torna-se insustentável quando se reconhece que todo o conhecimento é situado, incluindo – porventura com uma incidência acrescida – aquele que se produz em contexto académico. Esta lição foi-nos trazida sobretudo por contributos feministas e LGBT/Queer, demonstrando os enviesamentos e subjectividades inerentes à produção académica (Ahmed, 2006; Haraway, 2004; Harding, 1991; 2004).

Se formos às raízes da sociologia enquanto campo autónomo, vemos que emergiu da necessidade de compreender como as sociedades funcionam e se transformam, bem como o modo como as pessoas respondem – ou seja, *intervêm* – nessa mudança. Sem este elemento simbiótico de transformação e intervenção, a análise sociológica ficaria desprovida de objecto e, logo, de sentido.^{iv} Apesar desta evidência, a sociologia dominante mantém-se arredada do compromisso, das tarefas de co-produção e interdependência, e tal distanciamento tem tido consequências na forma como as teorias sociológicas são (pouco) utilizadas pelos movimentos sociais (Flacks, 2005).

Foi a vontade de aproximar a academia do quotidiano que inspirou o conceito de sociologia pública. Inicialmente apresentado por Herbert J. Gans (2002), a sociologia pública consistia numa perspectiva teórica que reconhecia o carácter altamente contingente da produção científica, assim como a responsabilidade da ciência em articular com outros agentes de forma a desenvolver processos de aprendizagem recíprocos e não-hierárquicos. Influenciado pelo trabalho de Gans, este conceito adquiriu maior visibilidade com Michael Burawoy durante a sua presidência da Associação Norte-Americana de Sociologia, em 2004:

A sociologia pública visa enriquecer o debate público acerca de questões morais e políticas dotando-as de teoria e investigação sociológica (2004b: 1).

A sociologia pública conduz a sociologia a uma conversação com públicos entendidos enquanto pessoas que estão, elas próprias, envolvidas na conversação. [...] Entre o/a sociólogo/a orgânico e o público existe um diálogo, um processo de educação mútua. [...] O projecto destas sociologias públicas é tornar visível o invisível, tornar público aquilo que é privado, validar estas conexões orgânicas como parte da nossa vida sociológica (2005: 7-8).

Decorrentes deste entendimento do conceito de sociologia resultam implicações para o papel dos/as profissionais de sociologia. É assim que Burawoy defende que a sociologia desista de se escudar nas quatro paredes da academia e interaja politicamente com um mundo cujas circunstâncias de injustiça, exclusão e desigualdade social exigem maior pro-actividade.

Em Portugal vão também surgindo ecos desta outra forma de ‘fazer’ sociologia, apostada num envolvimento assumido com diversas comunidades com quem se procura aprender e interagir. Tal desígnio resulta claro do que Boaventura de Sousa Santos escreveu a propósito de uma reflexão alargada sobre a universidade e a chamada ‘ecologia de saberes’ (2004: 76). Subjacente a este novo entendimento da sociologia enquanto actor socio-político encontra-se o pressuposto de que “a injustiça social contém no seu âmago uma injustiça

cognitiva” (2004: 76), e que, por via desse reconhecimento, compete às instâncias de produção científica alargar o seu âmbito de intervenção no sentido de contribuir para o combate de situações de desigualdade.

Em suma, a sociologia pública não é um ‘extra’, um elemento acessório ao trabalho sociológico sério, mas antes uma parte fundamental desse trabalho. Implícito está um apelo à acção politizada: as/os sociólogas/os têm o poder, e o dever, de intervir na esfera social. Assim, mais do que uma consequência não intencional, o compromisso político é um processo de revelação voluntária através dos quais cientistas sociais se transformam em actores e actrizes politicamente engajados. Tal envolvimento é claramente influenciado pelos contributos feministas e queer que foram pioneiros no que diz respeito aos ideais “o pessoal é político” e “o privado é público” (Lister, 1997; Oakley, 1982; Ryan-Flood e Gill, 2010).

O compromisso com uma sociologia pública contribui para que a justiça social se transforme num objectivo central da produção de conhecimento. Este aspecto é particularmente relevante quando se trata de temas historicamente sujeitos a processos de discriminação e desigualdade, como é o caso das questões relacionadas com cidadania sexual e, mais especificamente, com lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e queer. Do ponto de vista ético, a sociologia pública implica um envolvimento com o activismo enquanto parte significativa da cidadania e um compromisso político enquanto consequência desejável da produção de conhecimento. Em última análise, a sociologia pública conduz a uma revelação voluntária dos compromissos políticos dos e das cientistas-activistas, ou seja, das pessoas que são simultaneamente académicas e activistas. Na próxima parte veremos algumas das implicações dessa dupla revelação.

3. Cientista-activista: revelando o activismo LGBT/queer dentro da academia

Podemos definir activismo como o envolvimento voluntário em lutas por reconhecimento e/ou redistribuição (Fraser e Honneth, 2003). É sempre um acto político, uma vez que pressupõe um compromisso público com uma determinada causa. Como tal, activismo remete-nos para o campo da participação pública, seja esta presencial ou mediada por meios electrónicos. Esta forma de intervenção politizada assume por vezes o formato de acção colectiva em associações ou movimentos sociais. Pode também consistir em momentos de mobilização em torno de objectivos e em contextos específicos, tais como protesto ou meros “actos diários de contestação” (Baumgardner e Richards, 2000: 283). Independentemente da sua maior ou menor regularidade, activismo é da esfera da cidadania, no sentido em que pressupõe o direito a intervir e a ser reconhecido.

Assim entendido, o activismo não é de todo incompatível com a produção sociológica na academia, até porque, como vimos, a intervenção social está na raiz da análise sociológica. Se assim é, devemos nós, enquanto cientistas sociais, sacrificar o reconhecimento da nossa posicionalidade política com o objectivo positivista de reter uma objectividade alegadamente neutra e que não passa, afinal de contas, de uma ‘fraca objectividade’ (Harding, 1991)? Poder-se-ia argumentar que a sociologia beneficia do envolvimento político na medida em que os/as sociólogos/as são também sujeitos e objectos de pesquisa. O que parece artificial nesta equação é a alegada distinção entre ciência e política, como se um muro alto, ainda que precário e impossível, pudesse garantir maior rigor. O objecto intruso é, de facto, a premissa da neutralidade que oblitera o facto de sermos sempre sujeitos situados. A posicionalidade não se compadece do empenho, próprio ou alheio, em escondê-la. Daí o imperativo ético de a tornar visível.

Embora um debate alargado acerca do conceito de *standpoint* ou posicionalidade extravase os propósitos deste artigo, importa enfatizar a importância do compromisso político na academia. Como Sandra Harding afirma, os *standpoints* são “caixas de ferramentas que permitem novas perspectivas e modos de ver o mundo de modo a alargar os horizontes das nossas explicações, entendimentos e aspirações a uma vida melhor” (2004: 5). Nesta linha, o estatuto de ‘agente duplo’ – entendido enquanto papel politicamente engajado do/a cientista-activista na academia – torna-se não só legítimo, mas desejável. A possibilidade de um papel desejável para cientistas-activistas na academia é claramente devedora do conceito de sociologia pública, tal como vimos anteriormente.

No campo do estudo sobre sexualidades, o envolvimento dos/as cientistas sociais é politizado na medida em que a escolha do tema é desde logo política. Num contexto em que a discriminação se traduz em invisibilidade, opressão e violência, exige-se que cientistas sociais façam uso de conhecimento e outros recursos relevantes para contrariar os efeitos de tal discriminação (Santos, 2006, 2012a). É a discriminação que amplifica a exigência de nos tornarmos cientistas-activistas.

A incidência de cientistas-activistas a trabalhar na área dos Estudos LGBT/Queer em Portugal (Almeida, 2009; Carneiro, 2009; Carneiro e Menezes, 2007; Cascais, 2004, 2006; Santos, 2005, 2006b, 2012a; Oliveira *et al*, 2009) pode ser melhor compreendida à luz da história do activismo LGBT no país. Esta história é quase paralela à do campo de estudos e data dos anos 1990. Após 48 anos da mais longa ditadura da Europa ocidental, e num país de clara influência católica de pendor conservador cuja matriz de discriminação sexual permanece significativa (Nogueira e Oliveira, 2010), o movimento LGBT apresenta um desenvolvimento tardio, mas forte. A legislação portuguesa é das mais avançadas da Europa a este respeito, incluindo uma lei de uniões de facto (2001), uma protecção constitucional anti-discriminação (2004), idades de consentimento iguais (2007), protecção contra violência doméstica e crimes de ódio (2007), casamento civil (2010) e uma lei relativa à identidade de género (2011). Estas transformações foram em grande medida aceleradas pelo movimento – incluindo académicos/as politicamente engajados/as – e influenciadas por processos de modernização e europeização mais amplos (Santos, 2012a). Ao longo da década de 2000s, o movimento soube fazer-se valer de jornalistas, políticos e académicos politicamente engajados, desenvolvendo assim o tipo de apoio que se traduz depois em legitimidade política e aceitação social face aos múltiplos aspectos da cidadania sexual exigidos pelo activismo (Cascais, 2006; Carneiro e Menezes, 2007; Santos, 2012a).

O engajamento político de académicos/as no campo do estudo sobre sexualidades tem impactos sobre as escolhas epistemológicas e éticas na medida em que a luta contra a discriminação se converte numa preocupação constante, um compromisso pessoal e um objectivo central em qualquer projecto de investigação. Tal envolvimento contribui para a construção da própria comunidade académica e para o apoio recíproco, aspectos particularmente importantes num país em que os temas LGBT e *queer* ainda são olhados com algum cepticismo pela academia. Daí a importância dos/as cientistas-activistas na construção pública de uma cidadania sexual.

Fora da academia, convém notar que cientistas-activistas estão numa posição privilegiada para aceder a determinados grupos-alvo – incluindo decisores políticos, legisladores e os media – que podem ser agentes fundamentais na transformação social, jurídica e política. Tal facto dota os/as cientistas-activistas do dever ético de produzir conhecimento científico numa linguagem acessível a uma audiência diversificada e disseminado junto dos agentes e instituições que têm o poder de combater a discriminação.

Ao revalorizar o conceito de *standpoint*, em vez de procurar ‘proteger’ a sociologia da política, cientistas-activistas contribuem para uma mudança de paradigma sociológico, reinventando a sociologia enquanto um campo de estudos social e politicamente relevante. Esta mudança de paradigma contém oportunidades e desafios decorrentes dos efeitos epistemológicos e éticos do engajamento político. Constituindo uma responsabilidade acrescida, este novo paradigma coloca também desafios. Stephen Pfohl fala deste desafio enquanto uma lição terrível e uma maldição, “a maldição de deixarmos de ser capazes de exercer com facilidade o privilégio branco, heterossexista ou de classe sem ter sérios rebates de consciência” (2004: 115). A mudança paradigmática exigida pelo desvendar do activismo dentro da academia ilustra a necessidade de uma nova perspectiva crítica dentro da sociologia.

4. Para uma sociologia pública queer

Se é certo que “a Sociologia nasceu com a sociedade civil e morre com a sociedade civil” (Burawoy, 2004b: 14), de modo semelhante os primeiros estudos gays e lésbicos emergiram e consolidaram-se a partir do surgimento de organizações lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros. A emergência dos movimentos LGBT dotou de conteúdo os debates e teorias da sexualidade durante os anos 1960s e 1970s. Os motins de

Stonewall e Compton's Cafeteria, por exemplo, deram um impulso importante não só na academia como no activismo.

Como vimos, no que respeita ao caso específico dos estudos queer, nasceram precisamente da constatação da alegada ineficácia quer da teoria feminista, quer dos estudos gays e lésbicos no tratamento político de fenómenos ligados às sexualidades (Giffney e O'Rourke, orgs., 2009; Santos, 2006). Foi, portanto, a complexificação da realidade social, associada à emergência de novas identidades e colectivos considerados sexualmente dissidentes, que forçou a academia a encontrar novas ferramentas teóricas a partir de várias disciplinas, iniciando-se assim um novo campo de saber. Assim, os estudos LGBT e queer ligam academia e activismo desde a sua raiz e de formas nem sempre antecipáveis, uma vez que é apenas através destes laços que o conhecimento produzido em meio científico adquire rigor. Nesse sentido, o activismo consiste no teste de realidade dos estudos LGBT e queer.

Apesar da inter e transdisciplinaridade que caracteriza o campo dos estudos queer, permanece frágil o cruzamento entre a sociologia e os estudos queer. Não obstante, alguns autores/as reconhecem as vantagens de promover uma perspectiva sociológica ligada aos estudos LGBT e queer. Tal é o caso de Steven Seidman, para quem:

[A] teoria queer oferece aos/as sociólogos/as uma análise mais reflexiva sobre as categorias sexuais e o modo como tais significados sexuais se articulam com instituições de forma a moldar as dinâmicas de ordem e opressão. Os/as sociólogos/as, por seu turno, têm algo crucial a oferecer: uma tradição muito rica de análise sócio-estrutural e cultural que pode dotar de conteúdo empírico as análises conceptuais frequentemente literárias ou abstractas da teoria queer (1996: 17).

Na esteira desta linha argumentativa, tenho vindo a propor o conceito de sociologia pública queer para designar uma nova perspectiva crítica empenhada em transformar políticas públicas, legislação e instituições culturais e políticas de modo a combater a discriminação com base na orientação sexual e identidade de género. A sociologia pública queer apoia-se na triangulação metodológica e está envolvida de forma pro-activa na investigação-acção (Filax, 2006). De acordo com esta perspectiva, questões como a homofobia, a bifobia, a transfobia e o hetero/sexismo constituem um sistema de representação do real, uma construção social que deve ser estudada de modo a ser combatida. A discriminação não é um problema individual; é um produto colectivo que resulta de relações de poder assimétricas. Assim, a ênfase deixa de ser colocada na vítima (individual) para se centrar no sistema estrutural que torna possível e legítima a discriminação. A sociologia pública queer está ligada ao dever de combater esta discriminação estrutural e, nessa medida, acolhe o engajamento político enquanto escolha epistemológica e ética.

A reflexão acerca das múltiplas interacções recíprocas entre sociologia e estudos LGBT/ queer conduz-nos a quatro princípios que menciono brevemente.

Accountability (entendida enquanto exigência dupla de transparência e responsabilização) e *reciprocidade* podem ser consideradas como um primeiro princípio conjunto, envolvendo a construção de empatia e respeitando o consentimento passo-a-passo por parte dos diversos participantes no processo de investigação. Este princípio envolve também a ideia da retribuição da mais-valia que os/as participantes oferecem aos resultados de qualquer investigação. Tal pode significar, por exemplo, trabalho associativo voluntário ou partilha de recursos acumulados durante o processo de investigação (observatórios de imprensa, bases de dados, fichas de leitura, etc.). Uma 'ética do cuidado' (Roseneil, 2004; Held, 2006) deve estar portanto subjacente ao trabalho de cientistas-activistas.

Em segundo lugar, a *interseccionalidade*, entendida como um recurso fundamental da sociologia pública queer, centrado no potencial hermenêutico de um vasto espectro de identidades, contextos e posicionalidades. Uma abordagem interseccional fornece ao pensamento sociológico ferramentas analíticas transversais e interdisciplinares propiciadoras de um maior grau de rigor e validade à investigação no seu todo. Tal necessidade torna-se mais evidente em contextos que envolvem discriminação, como é o caso do estudo sobre género e sexualidades (Shields, 2008; Taylor *et al*, 2010; Valentine, 2007).

Depois temos a *auto-reflexividade* enquanto exercício atento e constante de auto-crítica ampliando a responsabilidade e o compromisso ético de rejeitar projectos sexualmente enviesados, ou seja, homofóbicos, transfóbicos, bifóbicos e/ou hetero/sexistas. O princípio da auto-reflexividade pressupõe ainda um interesse na meta-teoria e na triangulação metodológica visando uma metodologia que reflecte acerca do poder (“power-reflexive methodology”) (Pfohl, 2004: 115).^v

Por fim, tal como se foi procurando salientar ao longo deste texto, um compromisso com a *justiça sexual* exige um engajamento político para além da academia, uma decisão epistemológica e ética de combater as fronteiras de alterização que reproduzem o abismo entre a chamada ‘ciência’ e o activismo. Se o objectivo é a justiça sexual, o activismo torna-se um dever do/a cientista social responsável no âmbito da perspectiva crítica da sociologia pública queer. Neste sentido, justiça social e cognitiva tornam-se metas inseparáveis.

Estes princípios podem ser interpretados como um patamar conceptual mínimo para estudos desenvolvidos sob os auspícios de uma sociologia pública queer. Não são mutuamente exclusivos e estão, obviamente, abertos ao ajustamento às necessidades empíricas de cada projecto. O aspecto mais inovador desta nova perspectiva crítica é a capacidade de rejeitar pretensões de neutralidade política, substituindo-as pela legitimidade de assumir voluntariamente o engajamento político enquanto valor ético que não deve ser negociável.

Conclusão

Este artigo incidiu sobre a importância do estatuto de agente duplo inerente ao e à cientista-activista. Um argumento central é que as nossas múltiplas pertenças geram efeitos sobre a produção de conhecimento de formas que são sempre políticas, quer o reconheçamos ou não. É Burawoy quem recorda que “a perspectiva da ‘ciência pura’ que defende que a investigação deve estar completamente afastada da política é insustentável na medida em que uma posição anti-política não é menos política do que o engajamento público” (2004b: 3). Defendi, portanto, que o engajamento político deve ser não só acolhido, como publicamente encorajado. Ser cientista e ser activista não devem ser dois pólos opostos, mas antes duas componentes de uma relação dinâmica, necessária e vantajosa. Como sugere Sandra Harding, “nós não precisamos – na verdade, nem devemos – escolher entre ‘boa política’ e ‘boa ciência’ [...] pois aquela pode produzir esta” (2004: 6).

Portanto, ao invés de procurar disfarçar compromissos políticos com a aparência de uma inalcançável neutralidade, é tempo de reconhecer que a teoria sociológica sairá mais forte mediante as múltiplas interações entre academia e activismo, em especial no campo das sexualidades. Tal reconhecimento constitui um passo importante na construção de novos saberes menos auto-centrados e mais disponíveis ao diálogo horizontal e à aprendizagem mútua entre os mundos, por vezes próximos, por vezes antagónicos, da academia e do activismo.

Se alargarmos o potencial da sociologia pública aos estudos queer, cedo se percebe a utilidade de uma hifenização entre sociologia, activismo e estudos queer, gerando uma profícua atitude de indisciplina epistémica que rejeita as rígidas e artificiais fronteiras entre campos de saber (Halberstam, 2011). Tal articulação permitirá multiplicar os espaços de debate e intervenção socio-política em temas historicamente excluídos da reflexão democrática e confinados ao espaço privado, clandestino e/ou marginal.^{vi} A sociologia pública queer encontra-se numa posição privilegiada para contribuir para essa aproximação urgente entre a academia e tudo aquilo que se passa fora destas paredes mais imaginadas do que reais.

Bibliografia

- Abelove, Henry; Barale, Michele A.; Halperin, David M. (orgs.) 1993. *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York: Routledge.
- Ahmed, Sara. 2006. *Queer Phenomenology. Orientations, Objects, Others*. Durham: Duke University Press.
- Almeida, Miguel V. 2009. *A Chave do Armário. Homossexualidade, Casamento, Família*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Altman, Dennis. 1996. On Global Queering. In: *Australian Humanities Review*, 2, 1-7.
<http://www.lib.latrobe.edu.au/AHR/archive/Issue-July-1996/altman.html> (consultado em 17/12/2004).
- Baumgardner, Jennifer; Richards, Amy. 2000. *Manifesta: Young Women, Feminism, and the Future*. New York: Farrar, Strauss & Giroux.
- Burawoy, Michael. 2004a. Public Sociologies: Response to Hausknecht.
http://sociology.berkeley.edu/faculty/burawoy/burawoy_pdf/PS.Hausknecht.vs.Burawoy.pdf (consultado em 13/07/2006).
- Burawoy, Michael. 2004b. Public Sociologies: Contradictions, Dilemmas, and Possibilities. In: *Social Forces*, 82(4), 1603-1618.
- Burawoy, Michael. 2004c. Public Sociologies: A Symposium from Boston College – Introduction. In: *Social Problems*, 51(1), 103-130.
- Burawoy, Michael. 2005. Presidential Address: For Public Sociology. In: *American Sociological Review*, 70, 4-28.
- Carneiro, N.S. 2009. *Homossexualidades : Uma Psicologia Entre Ser, Pertencer e Participar*. Porto: Livpsic.
- Carneiro, N.S.; Menezes, I. 2007. From an oppressed citizenship to affirmative identities: lesbian and gay political participation in Portugal. In: *Journal of Homosexuality*, 53(3), 65-82.
- Cascais, António F. 2004. (org.) *Indisciplinar a Teoria. Estudos gays, lésbicos e queer*. Lisboa: Fenda.
- Cascais, António F. 2006. Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 76, 109-126.
- Filax, Gloria. 2006. Politicising action research through queer theory. In: *Educational Action Research*, 14(1), 139–145.
- Flacks, Dick. 2005. A questão da relevância no estudo dos movimentos sociais. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 45-66.
- Fraser, Nancy; Honneth, Axel. 2003. *Redistribution or Recognition?: A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso Books.
- Gans, Herbert J. 2002. More of Us Should Become Public Sociologists.
<http://www.asanet.org/footnotes/julyaugust02/fn10.html> (consultado em 17/12/2009).
- Giffney, Noreen. 2004. Denormatizing Queer Theory: More Than (Simply) Gay and Lesbian Studies. In: *Feminist Theory*, 5(1), 73-78.
- Giffney, Noreen; O'Rourke, Michael (orgs.) 2009. *The Ashgate Research Companion to Queer Theory*. Surrey: Ashgate.
- Gouldner, Alvin. 2004 [1972]. Toward a reflexive sociology. In: C. Seale (org.), *Social Research Methods*. London: Routledge, 381-383.
- Gramsci, A. 1971. *Selections from the Prison Notebooks*. London: Lawrence and Wishart.
- Halberstam, J. 2011. *The Queer Art of Faillure*. Durham: Duke University Press.

- Haraway, Donna. 2004. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: S. Harding (org.), *The Feminist Standpoint Theory Reader. Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge, 81-101.
- Harding, Sandra. 1991. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking From Women's Lives*. New York: Cornell University Press.
- Harding, Sandra. 2004. (org.) *The Feminist Standpoint Theory Reader. Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge.
- Held, Virginia. 2006. *The Ethics of Care: Personal, Political, Global*, Oxford University Press. Oxford University Press.
- Lister, Ruth. 1997. *Citizenship: Feminist Perspectives*. Macmillan: Basingstoke.
- Nogueira, Conceição; Oliveira, João (orgs.) 2010. *Estudo sobre a Discriminação em Função da Orientação Sexual e da Identidade de Género*. Lisboa: CIG.
- Oakley, Ann. 1982. Interviewing women: a contradiction in terms. In: H. Roberts (org.), *Doing Feminist Research*. London: Routledge, 30-61.
- Oliveira, João. M., Pinto, Pedro, Pena, Cristiana; Costa, Carlos G. 2009. Feminismos Queer: disjunções, articulações e ressignificações. In: *Ex-Aequo*, 20, 13-27.
- Pfohl, Stephen. 2004. Blessings and Curses in the Sociology Classroom. In: *Social Problems*, 51(1), 103-130.
- Roseneil, Sasha. 2004. Why we should Care about Friends: An Argument for Queering the Care Imaginary in Social Policy. In: *Social Policy and Society*, 3, 409-419.
- Ryan-Flood, Róisín; Gill, Rosalind. 2010. (orgs.) *Secrecy and Silence in the Research Process. Feminist Reflections*. London: Routledge.
- Sanchez Taylor, Jacqueline; O'Connell Davidson, Julia. 2010. Unknowable secrets and golden silence. In: R. Ryan-Flood & R. Gill (orgs.), *Secrecy and Silence in the Research Process. Feminist Reflections*. London: Routledge, 42-53.
- Santos, Ana Cristina. 2005. *A Lei do Desejo. Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Ana Cristina. 2006a. Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. In: *Estudos Queer: Identidades, Contextos e Acção Colectiva*, special issue of *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 76, 91-108.
- Santos, Ana Cristina. 2006b. (org.) *Estudos Queer: Identidades, Contextos e Acção Colectiva*, special issue of *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 76.
- Santos, Ana Cristina. 2011. Vidas cruzadas: activismo, ciência e interseccionalidade nos Estudos LGBTQ. In: *Les Online*, 3(1), <http://www.lespt.org/lesonline/>, 24-28 (consultado em 12/05/2012).
- Santos, Ana Cristina. 2012a. *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Basingstoke: Palgrave.
- Santos, Ana Cristina. 2012b. Disclosed and willing: epistemological and ethical aspects of political engagement, in *Social Movement Studies*, 11(2) (número temático Ethics of Research on Activism), pp. 1-14.
- Seidman, Steven. 1996. *Queer Theory / Sociology*. Oxford: Blackwell.
- Shields, S. 2008. Gender: An Intersectionality Perspective. In: *Sex Roles*, 59(3), 301-311.
- Skeggs, Beverley. 2004. Exchange value and affect: Bourdieu and the self. In: B. Skeggs e L. Adkins (orgs.), *Feminism After Bourdieu*. Oxford: Wiley-Blackwell, 75-97.

Sousa Santos, Boaventura. 2006. *A Universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipadora da Universidade*. São Paulo: Cortez.

Taylor, Yvette; Hines, Sally; e Casey, Mark E. (orgs.) 2010. *Theorizing Intersectionality and Sexuality*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.

Touraine, Alain. 1981. *The Voice and the Eye*. Cambridge: Cambridge University Press.

Valentine, Gill. 2007. Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. In: *Professional Geographer*, **59**(1), 10-21.

ⁱ Este artigo é parcialmente resultado da investigação realizada no âmbito do projecto Deficiência e Intimidade: cidadania sexual e reprodutiva de mulheres com deficiência em Portugal, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. nº PTDC/CS-SOC/118305/2010). Uma versão anterior e em inglês encontra-se publicada em Santos, 2012b.

ⁱⁱ A expressão “dissidência sexual” foi cunhada por Gayle Rubin em 1984 no seu conhecido artigo “Thinking Sex”.

ⁱⁱⁱ Esta parte decorre parcialmente de Santos, 2006a.

^{iv} Burawoy alertou para esse risco referindo que “a tentação [da sociologia] profissional relativamente à sua insularidade e abstracção ameaça suprimir a corrente sanguínea que advém da ligação ao mundo em concreto” (2004c: 105).

^v Apesar das críticas ao conceito de reflexividade que a apontam enquanto produto de uma classe média alta (Skeggs, 2004), acusando-a de ser potencialmente auto-centrada, nociva e parcial (Sanchez-Taylor e O’Connell Davidson, 2010), este princípio pode ser porventura melhor compreendido enquanto prática, uma “relação [...] entre ser um/a sociólogo/a e ser uma pessoa” (Gouldner, 2004: 383). Auto-reflexividade tal como se propõe neste artigo remete-nos para o *façer*, mais do que *ser*.

^{vi} O projecto Queer Public Spaces é um bom exemplo desta hifenização. Mais informações disponíveis em <http://www.queerpublics.org/about.htm> (consultado em 12/05/2012).